

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP recebeu da Comissão dos Trabalhadores do INEM um documento que dá conta da intenção do Instituto Nacional de Emergência Médica, Instituto Público (INEM, I.P.), no âmbito do plano de reorganização dos meios de emergência, de encerrar um “total de 13 ambulâncias a nível nacional”.

O comunicado refere que os encerramentos ocorrerão “particularmente no horário noturno” e alerta para o facto desta decisão pôr em “causa o socorro em várias áreas urbanas, sem alternativa” dando como exemplos os concelhos da “Maia, Guimarães, Chaves, Ovar, Espinho, Covilhã, Aveiro, Anadia e Amadora”.

É também referido que ficam apenas a “funcionar 24h os seguintes meio: em Lisboa - AEM LSB1, LSB2, LSB3, LSB4, LSB10, LSB11 e SIV lisboa” e “no Porto- AEM Porto1, Porto 6, Porto 3, Rio Tinto”, bem como a “alteração de horários de funcionamento das AEM (ambulância de emergência médica) Sacavém, Seixal e Almada para turnos intermédios”.

Entende o PCP que o Instituto Nacional de Emergência Médica, Instituto Público tem um papel essencial na emergência pré-hospitalar e na prestação de cuidados de saúde, pelo que tem que ter uma cobertura nacional, ter uma atuação rápida e estar presente, sempre, e responder às necessidades e às solicitações dos cidadãos. E isso só se faz com recursos humanos e materiais suficientes, adequados, trabalhadores motivados e com condições de trabalho e próximo das populações.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Saúde, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Confirma o Governo as alterações acima descritas? Se, sim, de que forma foi conduzido este processo e o que presidiu a esta tomada de decisão?
2. Está o Governo disponível para tomar medidas que atendam às reivindicações dos trabalhadores do INEM e das populações atingidas por estas alterações?
3. Está o Governo em condições de garantir que estas alterações não comprometem o socorro

às populações?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 26 de Abril de 2017

Deputado(a)s

CARLA CRUZ(PCP)

JOÃO RAMOS(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)

ANA VIRGÍNIA PEREIRA(PCP)

RITA RATO(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)